

# Pedras, paus e insultos concertados

Um dos males que corroem a democracia é a autoridade aceitar a ofensa à lei como parte do jogo democrático. A democracia não pode ser um regime em que quem ganha leva tudo, quem perde, tudo perde. O jogo soma zero é típico dos regimes totalitários; a democracia moderna caracteriza-se exatamente pelo oposto ao *ganhou-levou*; é o regime em que se administram conflitos e se busca chegar ao resultado final sem ofender as normas básicas que permitem a vivência em comum. Sem perder de vista, no entanto, que é o regime da maioria, em que as opiniões da minoria são respeitadas, mas não necessariamente as que se impõem. Acatar as opiniões divergentes é uma coisa; aceitar que em nome disso se permita a grupelhos violar impunemente a lei e atingir a autoridade, quando não a pessoa do chefe de Estado, é outra.

Não estaremos fazendo terrorismo intelectual se dissermos que, desde que se iniciou o processo de privatização das empresas estatais, se registram ações de grupelhos que ultrapassam os limites da legalidade com o objetivo de impedir que se realizem leilões de privatização, ou então de manifestar sua hostilidade ao presidente da República na medida em que S. Exa. pretende realizar a flexibilização dos monopólios. Os choques verificados no Rio de Janeiro e noutras cidades durante o processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional não são fundamentalmente

diferentes das pedras, paus e insultos que se lançam contra o presidente Fernando Henrique Cardoso. Da perspectiva do objetivo colimado, no entanto, todas as manifestações são semelhantes. Semelhantes nisto: que fora da tribuna parlamentar, longe dos tribunais, sem preocupar-se em saber se suas ações estão capituladas ou não no Código Penal, os grupelhos fazem questão de manifestar *violentamente* seu desacordo. Os que se recordam dos incidentes nas cercanias da Bolsa do Rio, quando da privatização da CSN, se lembrarão de que as pedras, jogadas contra não importa quem, eram a arma preferida para o protesto. Agora, as pedras são lançadas contra o presidente da República — e sua esposa é alvo de manifestações hostis no momento em que procura inteirar-se, juntamente com elementos filiados ao PT do Acre, de problemas do Estado. A manifestação hostil, enquanto verbal, é peça do jogo. A pedra é atentado contra a incolumidade física das pessoas e o crime se torna politicamente sensível quando a pessoa visada é a do presidente da República.

O que aconteceu em Campina Grande é um sinal do que esses grupelhos podem provocar no País — dois assessores do presidente da República foram atingidos pelas pedras e pe-



los estilhaços do vidro do ônibus. O senador Antônio Carlos Magalhães estranhou que ninguém tivesse sido detido, o que indica, a seu ver, falha no sistema de segurança estadual. Em Brasília, desde os incidentes de Recife, discute-se como modificar o sistema e os métodos da segurança presidencial — e em meio à discussão profissional pode perceber-se a existência de rivalidade entre Polícia Federal e Exército, cada instituição querendo chamar a si a responsabilidade plena pela futura segurança (e criticando a outra), como se se tratasse de um assunto de menor importância. Na realidade, pelo que se veio a saber nesse fim de semana, o que aconteceu em Campina Grande poderia ter sido de muito mais graves consequências: as autoridades militares deverão realizar perícia no ônibus em que viajou o presidente da República a fim de apurar se é verdadeira a suposição de seu proprietário, segundo a qual o vidro só se estilhaçaria pelo impacto de um projétil de arma de fogo. Confirmada a hipótese, estaremos diante de um atentado contra o chefe de Estado — praticado por grupelhos que imaginam que assim serão capazes de deter o processo de votação das emendas constitucionais no Congresso e a privatização das empresas já anunciadas.

Tenha havido ou não um disparo de arma de fogo, não é possível que a cada locomoção do chefe de Estado haja alguém disposto a ofender sua integridade física sem que isso leve a pensar em ações concertadas. A CUT e o PT de Campina Grande proclamaram estar inteiramente dissociados do atentado (pois jogar pedras e ferir alguém é um atentado), admitindo o presidente local do partido que houve quem se *infiltrasse* na manifestação. Ora, essa não é

## A Nação não pode viver esperando a notícia de que ninguém quis agredir o presidente

a primeira vez que pessoas se *infiltram* em manifestações programadas contra o presidente da República pelos partidos de esquerda. Será que ninguém é capaz de identificar esses *infiltrados*? Ou o País deverá conviver com a ansiedade de esperar pelo fim do dia para saber se o chefe de Estado concluiu normalmente sua visita a uma cidade de um Estado da Federação? Café Filho costumava dizer nos anos 50: "Lembrai-vos de 37", chamando atenção para o perigo de um golpe de Estado. Não seria o caso de a CUT e o PT começarem a dizer a seus filiados mais exaltados: "Lembrai-vos de 67", ano em que começaram as agitações que acabaram dando o pretexto para o golpe de 68?